

[www.serpro.gov.br](http://www.serpro.gov.br)

**Política de Certificação  
da  
Autoridade Certificadora  
do  
SERPRO JUS A3**

Assinatura Geral e Proteção de E-mail(SMIME)

(PC AC SERPRO JUS A3)

Versão 9.3 de Novembro 2021



## Índice

Controle de Alterações.....	9
1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1. Visão Geral.....	10
1.2. Nome do documento e Identificação.....	10
1.3. Participantes da ICP-Brasil.....	10
1.3.1. Autoridades Certificadoras.....	10
1.3.2. Autoridades de Registro.....	11
1.3.3. Titulares do Certificado.....	11
1.3.4. Partes Confiáveis.....	12
1.3.5. Outros Participantes.....	12
1.4. Usabilidade do Certificado.....	12
1.4.1. Uso apropriado do certificado.....	12
1.4.2. Uso proibitivo do certificado.....	13
1.5. Política de Administração.....	13
1.5.1. Organização administrativa do documento.....	13
1.5.2. Contatos.....	13
1.5.3. Pessoa que determina a adequabilidade da DPC com a PC.....	13
1.5.4. Procedimentos de aprovação da PC.....	13
1.6. Definições e Acrônimos.....	14
2. Responsabilidades de publicação e repositórios.....	15
2.1. Repositórios.....	15
2.2. Publicação de informações dos certificados.....	15
2.3. Tempo ou Frequência de Publicação.....	15
2.4. Controle de Acesso aos Repositórios.....	15
3. IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO.....	15
3.1. Nomeação.....	15
3.1.1. Tipos de nomes.....	15
3.1.2. Necessidade dos nomes serem significativos.....	15
3.1.3. Anonimato ou Pseudônimo dos Titulares do Certificado.....	15
3.1.4. Regras para interpretação de vários tipos de nomes.....	15
3.1.5. Unicidade de nomes.....	15
3.1.6. Procedimento para resolver disputa de nomes.....	15
3.1.7. Reconhecimento, autenticação e papel de marcas registradas.....	15
3.2. Validação inicial de identidade.....	15
3.2.1. Método para comprovar a posse de chave privada.....	15
3.2.2. Autenticação da identificação da organização.....	15
3.2.3. Autenticação da identidade de equipamento ou aplicação.....	15
3.2.4. Autenticação da identidade de um indivíduo.....	15
3.2.5. Informações não verificadas do titular do certificado.....	16
3.2.6. Validação das autoridades.....	16

3.2.7. Critérios para interoperação.....	16
3.3. Identificação e autenticação para pedidos de novas chaves.....	16
3.3.1. Identificação e autenticação para rotina de novas chaves antes da expiração.....	16
3.3.2. Identificação e autenticação para novas chaves após a revogação ou expiração do certificado....	16
3.4. Identificação e Autenticação para solicitação de revogação.....	16
4. REQUISITOS OPERACIONAIS DO CICLO DE VIDA DO CERTIFICADO.....	16
4.1. Solicitação do certificado.....	16
4.1.1. Quem pode submeter uma solicitação de certificado.....	16
4.1.2. Processo de registro e responsabilidades.....	16
4.2. Processamento de Solicitação de Certificado.....	16
4.2.1. Execução das funções de identificação e autenticação.....	16
4.2.2. Aprovação ou rejeição de pedidos de certificado.....	16
4.2.3. Tempo para processar a solicitação de certificado.....	16
4.3. Emissão de Certificado.....	16
4.3.1. Ações da AC durante a emissão de um certificado.....	16
4.3.2. Notificações para o titular do certificado pela AC na emissão do certificado.....	16
4.4. Aceitação de Certificado.....	16
4.4.1. Conduta sobre a aceitação do certificado.....	16
4.4.2. Publicação do certificado pela AC.....	16
4.4.3. Notificação de emissão do certificado pela AC Raiz para outras entidades.....	16
4.5. Usabilidade do par de chaves e do certificado.....	16
4.5.1. Usabilidade da Chave privada e do certificado do titular.....	16
4.5.2. Usabilidade da chave pública e do certificado das partes confiáveis.....	17
4.6. Renovação de Certificados.....	17
4.6.1. Circunstâncias para renovação de certificados.....	17
4.6.2. Quem pode solicitar a renovação.....	17
4.6.3. Processamento de requisição para renovação de certificados.....	17
4.6.4. Notificação para nova emissão de certificado para o titular.....	17
4.6.5. Conduta constituindo a aceitação de uma renovação de um certificado.....	17
4.6.6. Publicação de uma renovação de um certificado pela AC.....	17
4.6.7. Notificação de emissão de certificado pela AC para outras entidades.....	17
4.7. Nova chave de certificado.....	17
4.7.1. Circunstâncias para nova chave de certificado.....	17
4.7.2. Quem pode requisitar a certificação de uma nova chave pública.....	17
4.7.3. Processamento de requisição de novas chaves de certificado.....	17
4.7.4. Notificação de emissão de novo certificado para o titular.....	17
4.7.5. Conduta constituindo a aceitação de uma nova chave certificada.....	17
4.7.6. Publicação de uma nova chave certificada pela AC.....	17
4.7.7. Notificação de uma emissão de certificado pela AC para outras entidades.....	17
4.8. Modificação de certificado.....	17
4.8.1. Circunstâncias para modificação de certificado.....	17
4.8.2. Quem pode requisitar a modificação de certificado.....	17
4.8.3. Processamento de requisição de modificação de certificado.....	17
4.8.4. Notificação de emissão de novo certificado para o titular.....	17

4.8.5. Conduta constituindo a aceitação de uma modificação de certificado.....	17
4.8.6. Publicação de uma modificação de certificado pela AC.....	17
4.8.7. Notificação de uma emissão de certificado pela AC para outras entidades.....	17
4.9. Suspensão e Revogação de Certificado.....	17
4.9.1. Circunstâncias para revogação.....	17
4.9.2. Quem pode solicitar revogação.....	17
4.9.3. Procedimento para solicitação de revogação.....	18
4.9.4. Prazo para solicitação de revogação.....	18
4.9.5. Tempo em que a AC deve processar o pedido de revogação.....	18
4.9.6. Requisitos de verificação de revogação para as partes confiáveis.....	18
4.9.7. Frequência de emissão de LCR.....	18
4.9.8. Latência máxima para a LCR.....	18
4.9.9. Disponibilidade para revogação/verificação de status on-line.....	18
4.9.10. Requisitos para verificação de revogação on-line.....	18
4.9.11. Outras formas disponíveis para divulgação de revogação.....	18
4.9.12. Requisitos especiais para o caso de comprometimento de chave.....	18
4.9.13. Circunstâncias para suspensão.....	18
4.9.14. Quem pode solicitar suspensão.....	18
4.9.15. Procedimento para solicitação de suspensão.....	18
4.9.16. Limites no período de suspensão.....	18
4.10. Serviços de status de certificado.....	18
4.10.1. Características operacionais.....	18
4.10.2. Disponibilidade dos serviços.....	18
4.10.3. Funcionalidades operacionais.....	18
4.11. Encerramento de atividades.....	18
4.12. Custódia e recuperação de chave.....	18
4.12.1. Política e práticas de custódia e recuperação de chave.....	18
4.12.2. Política e práticas de encapsulamento e recuperação de chave de sessão.....	18
5. CONTROLES OPERACIONAIS, GERENCIAMENTO E INSTALAÇÕES.....	18
5.1. Controles físicos.....	18
5.1.1 Construção e localização das instalações de AC.....	18
5.1.2. Acesso físico.....	18
5.1.3. Energia e ar-condicionado.....	18
5.1.4. Exposição à água.....	18
5.1.5. Prevenção e proteção contra incêndio.....	19
5.1.6. Armazenamento de mídia.....	19
5.1.7. Destruição de lixo.....	19
5.1.8. Instalações de segurança (backup) externas (off-site) para AC.....	19
5.2. Controles Procedimentais.....	19
5.2.1. Perfis qualificados.....	19
5.2.2. Número de pessoas necessário por tarefa.....	19
5.2.3. Identificação e autenticação para cada perfil.....	19
5.2.4. Funções que requerem separação de deveres.....	19
5.3. Controles de Pessoal.....	19

5.3.1. Antecedentes, qualificação, experiência e requisitos de idoneidade.....	19
5.3.2. Procedimentos de verificação de antecedentes.....	19
5.3.3. Requisitos de treinamento.....	19
5.3.4. Frequência e requisitos para reciclagem técnica.....	19
5.3.5. Frequência e sequência de rodízio de cargos.....	19
5.3.6. Sanções para ações não autorizadas.....	19
5.3.7. Requisitos para contratação de pessoal.....	19
5.3.8. Documentação fornecida ao pessoal.....	19
5.4. Procedimentos de Log de Auditoria.....	19
5.4.1. Tipos de eventos registrados.....	19
5.4.2. Frequência de auditoria de registros.....	19
5.4.3. Período de retenção para registros de auditoria.....	19
5.4.4. Proteção de registros de auditoria.....	19
5.4.5. Procedimentos para cópia de segurança (Backup) de registros de auditoria.....	19
5.4.6. Sistema de coleta de dados de auditoria (interno ou externo).....	19
5.4.7. Notificação de agentes causadores de eventos.....	19
5.4.8. Avaliações de vulnerabilidade.....	19
5.5. Arquivamento de Registros.....	19
5.5.1. Tipos de registros arquivados.....	19
5.5.2. Período de retenção para arquivo.....	20
5.5.3. Proteção de arquivo.....	20
5.5.4. Procedimentos de cópia de arquivo.....	20
5.5.5. Requisitos para datação de registros.....	20
5.5.6. Sistema de coleta de dados de arquivo (interno e externo).....	20
5.5.7. Procedimentos para obter e verificar informação de arquivo.....	20
5.6. Troca de chave.....	20
5.7. Comprometimento e Recuperação de Desastre.....	20
5.7.1. Procedimentos gerenciamento de incidente e comprometimento.....	20
5.7.2. Recursos computacionais, software, e/ou dados corrompidos.....	20
5.7.3. Procedimentos no caso de comprometimento de chave privada de entidade.....	20
5.7.4. Capacidade de continuidade de negócio após desastre.....	20
5.8. Extinção da AC.....	20
6. CONTROLES TÉCNICOS DE SEGURANÇA.....	20
6.1. Geração e Instalação do Par de Chaves.....	20
6.1.1. Geração do par de chaves.....	20
6.1.2. Entrega da chave privada à entidade titular.....	21
6.1.3. Entrega da chave pública para o emissor de certificado.....	21
6.1.4. Disponibilização de chave pública da AC para usuários.....	21
6.1.5. Tamanhos de chave.....	22
6.1.6. Geração de parâmetros de chaves assimétricas.....	22
6.1.7. Propósitos de uso de chave (conforme o campo “key usage” na X.509 v3).....	22
6.2. Proteção da Chave Privada e controle de engenharia do módulo criptográfico.....	22
6.2.1. Padrão e controle para módulo criptográfico.....	23
6.2.2. Controle “n de m” para chave privada.....	23

6.2.3. Custódia ( <i>escrow</i> ) de chave privada.....	23
6.2.4. Cópia de segurança ( <i>backup</i> ) de chave privada.....	23
6.2.5. Arquivamento de chave privada.....	23
6.2.6. Inserção de chave privada em módulo criptográfico.....	23
6.2.7. Armazenamento de chave privada em módulo criptográfico.....	23
6.2.8. Método de ativação de chave privada.....	23
6.2.9. Método de desativação de chave privada.....	24
6.2.10. Método de destruição de chave privada.....	24
6.3 Outros Aspectos do Gerenciamento do Par de Chaves.....	24
6.3.1. Arquivamento de chave pública.....	24
6.3.2. Períodos de operação do certificado e períodos de uso para as chaves pública e privada.....	24
6.4. Dados de Ativação.....	24
6.4.1. Geração e instalação dos dados de ativação.....	24
6.4.2. Proteção dos dados de ativação.....	24
6.4.3. Outros aspectos dos dados de ativação.....	25
6.5. Controles de Segurança Computacional.....	25
6.5.1. Requisitos técnicos específicos de segurança computacional.....	25
6.5.2 Classificação da segurança computacional.....	25
6.6. Controles Técnicos do Ciclo de Vida.....	25
6.6.1. Controles de desenvolvimento de sistema.....	25
6.6.2. Controles de gerenciamento de segurança.....	25
6.6.3. Controles de segurança de ciclo de vida.....	25
6.6.4. Controles na Geração de LCR.....	26
6.7. Controles de Segurança de Rede.....	26
6.8. Carimbo de Tempo.....	26
7. Perfis de Certificado, LCR e OCSP.....	26
7.1. Perfil do Certificado.....	26
7.1.1. Número de versão.....	26
7.1.2. Extensões de certificado.....	26
7.1.3. Identificadores de algoritmo.....	29
7.1.4. Formatos de nome.....	29
7.1.5. Restrições de nome.....	33
7.1.6. OID ( <i>Object Identifier</i> ) de Política de Certificado.....	34
7.1.7. Uso da extensão “ <i>Policy Constraints</i> ”.....	34
7.1.8. Sintaxe e semântica dos qualificadores de política.....	34
7.1.9. Semântica de processamento para extensões críticas.....	34
7.2. Perfil de LCR.....	34
7.2.1. Número de versão.....	34
7.2.2. Extensões de LCR e de suas entradas.....	34
7.3. Perfil de OCSP.....	35
7.3.1. Número(s) de versão.....	35
7.3.2. Extensões de OCSP.....	35
8. AUDITORIA DE CONFORMIDADE E OUTRAS AVALIAÇÕES.....	35
8.1. Frequência e circunstâncias das avaliações.....	35

8.2. Identificação/Qualificação do avaliador.....	35
8.3. Relação do avaliador com a entidade avaliada.....	35
8.4. Tópicos cobertos pela avaliação.....	35
8.5. Ações tomadas como resultado de uma deficiência.....	35
8.6. Comunicação dos resultados.....	35
9. OUTROS NEGÓCIOS E ASSUNTOS JURÍDICOS.....	35
9.1. Tarifas.....	35
9.1.1. Tarifas de emissão e renovação de certificados.....	35
9.1.2. Tarifas de acesso ao certificado.....	35
9.1.3. Tarifas de revogação ou de acesso à informação de status.....	35
9.1.4. Tarifas para outros serviços.....	35
9.1.5. Política de reembolso.....	35
9.2. Responsabilidade Financeira.....	35
9.2.1. Cobertura do seguro.....	35
9.2.2. Outros ativos.....	35
9.2.3. Cobertura de seguros ou garantia para entidades finais.....	35
9.3. Confidencialidade da informação do negócio.....	35
9.3.1. Escopo de informações confidenciais.....	35
9.3.2. Informações fora do escopo de informações confidenciais.....	35
9.3.3. Responsabilidade em proteger a informação confidencial.....	36
9.4. Privacidade da informação pessoal.....	36
9.4.1. Plano de privacidade.....	36
9.4.2. Tratamento de informação como privadas.....	36
9.4.3. Informações não consideradas privadas.....	36
9.4.4. Responsabilidade para proteger a informação privadas.....	36
9.4.5. Aviso e consentimento para usar informações privadas.....	36
9.4.6. Divulgação em processo judicial ou administrativo.....	36
9.4.7. Outras circunstâncias de divulgação de informação.....	36
9.5. Direitos de Propriedade Intelectual.....	36
9.6. Declarações e Garantias.....	36
9.6.1. Declarações e Garantias da AC.....	36
9.6.2. Declarações e Garantias da AR.....	36
9.6.3. Declarações e garantias do titular.....	36
9.6.4. Declarações e garantias das terceiras partes.....	36
9.6.5. Representações e garantias de outros participantes.....	36
9.7. Isenção de garantias.....	36
9.8. Limitações de responsabilidades.....	36
9.9. Indenizações.....	36
9.10. Prazo e Rescisão.....	36
9.10.1. Prazo.....	36
9.10.2. Término.....	36
9.10.3. Efeito da rescisão e sobrevivência.....	36
9.11. Avisos individuais e comunicações com os participantes.....	36
9.12. Alterações.....	36

9.12.1. Procedimento para emendas.....	36
9.12.2. Mecanismo de notificação e períodos.....	36
9.12.3. Circunstâncias na qual o OID deve ser alterado.....	37
9.13. Solução de conflitos.....	37
9.14. Lei aplicável.....	37
9.15. Conformidade com a Lei aplicável.....	37
9.16. Disposições Diversas.....	37
9.16.1. Acordo completo.....	37
9.16.2. Cessão.....	37
9.16.3. Independência de disposições.....	37
9.16.4. Execução (honorários dos advogados e renúncia de direitos).....	37
9.17. Outras provisões.....	37
10. DOCUMENTOS REFERENCIADOS.....	37
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

## Controle de Alterações

<b>Versão</b>	<b>Data</b>	<b>Responsável</b>	<b>Motivo</b>	<b>Descrição</b>
7.0	Outubro/2019	Lucia Castelli	Versão Inicial	Atualização dos requisitos Webtrust e consolidação com a versão 4.7, com a simplificação dos processos da ICP-Brasil (Res. 151);
7.0	Outubro/2019	Osni Bunn	Aprovação	
7.1	Mai/2020	Lucia Castelli	Revisão	Ajustado textos. Incluído siglas no Acrônimo
7.1	Mai/2020	Alice Vasconcellos	Aprovação	
8.0	Agosto/2020	Lucia Castelli	Revisão	Implementação Resolução 156, 169
8.0	Agosto/2020	Alice Vasconcellos	Aprovação	
9.0	Novembro/2020	Lucia Castelli	Revisão	Atualização conforme a Resolução 179
9.0	Novembro/2020	Alice Vasconcellos	Aprovação	
9.1	Janeiro/2021	Lucia Castelli	Revisão	Inclusão Nome Social – Item 7.1.2.3 alínea a.5
9.1	Janeiro/2021	Alice Vasconcellos	Aprovação	
9.2	Agosto/2021	Lucia Castelli	Revisão	Alterado OU = nome da AC, item 7.1.4.1.

9.2	Agosto/2021	Alice Vasconcellos	Aprovação	
9.3	Novembro/2021	Fernando Morgado	Revisão	Alterado OU= Autoridade Certificadora da Justica – AC-JUS, item 7.1.4.1 – itens a,b,c
9.3	Novembro/2021	Alice Vasconcellos	Aprovação	

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. Visão Geral

1.1.1. Este documento estabelece os requisitos a serem obrigatoriamente observados pela AC SERPRO JUS integrante da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil na elaboração de suas Políticas de Certificado - PC.

1.1.2. A PC SERPRO JUS A3, elaborada no âmbito da ICP-Brasil adota obrigatoriamente a estrutura dos REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS POLÍTICAS DE CERTIFICADO na ICP-BRASIL[2].

1.1.3. A estrutura desta PC está baseada na RFC 3647.

1.1.4. Este documento compõe o conjunto da ICP-Brasil e nele são referenciados outros regulamentos dispostos nas demais normas da ICP-Brasil, conforme especificado no item 10.

1.1.5. O tipo de certificado emitido sob esta PC é o certificado de assinatura do Tipo A3.

1.1.6. Não se aplica.

1.1.7. Não se aplica.

1.1.8. Não se aplica.

1.1.9. Não se aplica.

1.1.10. Não se aplica.

1.1.11. Não se aplica.

1.1.12. Não se aplica.

### 1.2. Nome do documento e Identificação

1.2.1. Política de Certificado de Assinatura Digital, tipo A3, da AC, OID **2.16.76.1.2.3.18**.

1.2.2. No âmbito da ICP-Brasil, o OID desta PC foi atribuído na conclusão do processo de credenciamento da AC SERPRO JUS.

### 1.3. Participantes da ICP-Brasil

#### 1.3.1. Autoridades Certificadoras

1.3.1.1. A Autoridade Certificadora do SERPRO JUS (AC SERPRO JUS) integra a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, ICP-Brasil, sob a hierarquia da Autoridade Certificadora da Justiça (AC JUS) e da Autoridade Certificadora Raiz Brasileira, cuja PC é implementada nesse documento.

1.3.1.2. A DPC dessa AC encontra-se publicada em sua página *Web* no seguinte endereço: <https://certificados.serpro.gov.br/acserprojus>.

#### 1.3.2. Autoridades de Registro

1.3.2.1. O endereço da página *web* (*URL*) da AC SERPRO JUS é <https://certificados.serpro.gov.br/acserprojus> onde estão publicados os dados abaixo referentes as [www.serpro.gov.br](http://www.serpro.gov.br)

Autoridades de Registro, responsáveis pelos processos de recebimento, identificação e encaminhamento de solicitação de emissão ou de revogação de certificados digitais, e de identificação de seus solicitantes:

- a) relação de todas as AR credenciadas, com informações sobre as PC que implementam;
- b) relação de AR que tenham sido descredenciadas da cadeia da AC, com a respectiva data do descredenciamento;

### 1.3.3. Titulares do Certificado

Os certificados Cert-JUS identificam seus titulares relacionando-os a um determinado órgão público. Cada órgão público que desejar fazer uso de certificados Cert-JUS deverá responsabilizar-se pelas informações funcionais e institucionais constantes no item Autorização, no documento - LEIAUTE DOS CERTIFICADOS DIGITAIS CERT-JUS[3] item - AUTORIZAÇÃO.

Os certificados Cert-JUS destinam-se aos órgãos da administração pública direta e indireta.

Órgãos não pertencentes ao Poder Judiciário deverão solicitar CADASTRAMENTO junto à AC-JUS(<https://acjus.jus.br/acjus>), para a emissão de certificados Cert-JUS.

A AC SERPRO-JUS somente emitirá certificados para órgãos **não pertencentes** ao Poder Judiciário cujo CADASTRAMENTO tenha sido aprovado pela AC-JUS.

Para emissão de certificados Cert-JUS para órgãos do Poder Judiciário não é necessário CADASTRAMENTO prévio na AC-JUS.

Para a emissão de qualquer certificado Cert-JUS é necessária AUTORIZAÇÃO da autoridade competente da instituição à qual o certificado está relacionado.

Para o disposto neste documento, entende-se como autoridade competente:

- a) a autoridade máxima do órgão;
- b) o representante legal do órgão;
- c) servidores com responsabilidade delegada para representação administrativa do órgão por meio de ato oficial ou pela natureza de suas atribuições, descritas em regimento interno ou semelhante;
- d) servidores designados para esta finalidade, por meio de ato oficial.

Os certificados digitais Cert-JUS Institucional destinam-se exclusivamente aos agentes públicos do Poder Judiciário, autorizados pela autoridade competente do seu órgão de lotação, a recebê-los;

O certificado Cert-JUS Institucional identifica o titular do certificado não só como indivíduo, mas também como servidor do órgão do Poder Judiciário em que está lotado;

Os certificados digitais Cert-JUS Poder Público destinam-se exclusivamente a agentes públicos, autorizados pela autoridade competente do seu órgão de lotação, a recebê-los;

O certificado Cert-JUS Poder Público identifica o titular do certificado não só como indivíduo, mas também como servidor do órgão público em que está lotado;

É vedada a emissão do Cert-JUS Poder Público para órgãos do Poder Judiciário.

#### **1.3.4. Partes Confiáveis**

Considera-se terceira parte, a parte que confia no teor, validade e aplicabilidade do certificado digital e chaves emitidas pela ICP-Brasil.

#### **1.3.5. Outros Participantes**

AAC utiliza o Serviço Federal de Processamento de dados (SERPRO) como Prestador de Serviço de Suporte – PSS, Prestador de Serviço de Biométrico – PSBio e Prestador de Serviço de Confiança - PSC conforme disponibilizado no endereço: <https://certificados.serpro.gov.br/acserprojus>.

### **1.4. Usabilidade do Certificado**

#### **1.4.1. Uso apropriado do certificado**

1.4.1.1. Os certificados emitidos sob esta PC são apropriados ao uso apenas nas aplicações apresentadas na tabela descrita a seguir.

<b>Política de Certificado</b>	<b>Aplicações Apropriadas</b>
<b>PC SERPRO JUS A3</b>	Certificados emitidos sob essa política são considerados adequados para assinatura eletrônica, irretratabilidade, integridade e autenticação pessoal. Eles podem ser usados nas seguintes aplicações: <ul style="list-style-type: none"><li>• Confirmação de Identidade na <i>web</i>;</li><li>• Correio eletrônico;</li><li>• Transações <i>On-Line</i>;</li><li>• Redes privadas virtuais (VPN);</li><li>• Transações eletrônicas;</li><li>• Criação de chave de sessão e assinatura de documentos eletrônicos com verificação da integridade de suas informações</li></ul>

1.4.1.2. As aplicações e demais programas que admitirem o uso de certificado digital de um determinado tipo, contemplado pela ICP-Brasil, devem aceitar qualquer certificado de mesmo tipo, ou superior, emitido por qualquer AC credenciada pela AC Raiz.

1.4.1.3. As aplicações para o certificado definido nesta PC, devem levar em conta o nível de segurança previsto para o tipo do certificado. Esse nível de segurança é caracterizado pelos requisitos mínimos definidos para aspectos como: tamanho da chave criptográfica, mídia armazenadora da chave, processo de geração do par de chaves, procedimentos de identificação do

titular de certificado, frequência de emissão da correspondente Lista de Certificados Revogados (LCR) e extensão do período de validade do certificado.

1.4.1.4. Certificados de tipo A3 são utilizados em aplicações como confirmação de identidade e assinatura de documentos eletrônicos com verificação da integridade de suas informações.

1.4.1.5. Não se aplica.

1.4.1.6. Não se aplica.

1.4.1.7. Não se aplica

1.4.1.8. Não se aplica.

#### **1.4.2. Uso proibitivo do certificado**

Não há restrições de aplicações identificadas.

### **1.5. Política de Administração**

Esta PC é administrada pelo Centro de Certificação Digital do SERPRO(CCD-SERPRO).

#### **1.5.1. Organização administrativa do documento**

Autoridade Certificadora do Serpro JUS – **AC SERPRO JUS**.

#### **1.5.2. Contatos**

##### **Administrativo:**

Nome: Pedro Moacir Rigo Motta

Endereço: SGAN 601, Módulo V, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.836-900.

E-mail: [certificados@serpro.gov.br](mailto:certificados@serpro.gov.br)

Telefone: (61) 2021-7957

##### **Suporte / Fraudes:**

Nome: Central de Serviços SERPRO

Página Web: <https://atendimento.serpro.gov.br/certificacaodigital>

E-mail: [css.serpro@serpro.gov.br](mailto:css.serpro@serpro.gov.br)

Telefone: 0800 7282323

#### **1.5.3. Pessoa que determina a adequabilidade da DPC com a PC**

Nome: Pedro Moacir Rigo Motta

Telefone: (61) 2021-7957

E-mail: [certificados@serpro.gov.br](mailto:certificados@serpro.gov.br)

#### **1.5.4. Procedimentos de aprovação da PC**

Esta PC é aprovada pelo ITI.

Os procedimentos de aprovação da PC da AC são estabelecidos a critério do CG da ICP-Brasil.

## 1.6. Definições e Acrônimos

Sigla	Definição
AC	Autoridade Certificadora
AC Raiz	Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil
AR	Autoridades de Registro
CEI	Cadastro Específico do INSS
CG ICP-BRASIL	Comitê Gestor da ICP-BRASIL
CN	<i>Common Name</i>
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
DN	<i>Distinguished Name</i>
DPC	Declaração de Práticas de Certificação
ICP-Brasil	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
IEC	<i>International Electrotechnical Commission</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
ITU	<i>International Telecommunications Union</i>
LCR	Lista de Certificados Revogados
NBR	Norma Brasileira
NIS	Número de Identificação Social
OCSP	<i>Online Certificate Status Protocol</i>
OID	<i>Object Identifier</i>
OU	<i>Organization Unit</i>
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PC	Políticas de Certificado
PIS	Programa de Integração Social
PSS	Prestadores de Serviço de Suporte
RFC	<i>Request For Comments</i>
RG	Registro Geral
SSL	<i>Security Socket Layer</i>
UF	Unidade de Federação
URL	<i>Uniform Resource Locator</i>

## 2. Responsabilidades de publicação e repositórios

Os itens seguintes estão descritos da DPC da AC.

### 2.1. Repositórios

### 2.2. Publicação de informações dos certificados

### 2.3. Tempo ou Frequência de Publicação

### 2.4. Controle de Acesso aos Repositórios

## 3. IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO

Os itens seguintes estão descritos na DPC da AC.

### 3.1. Nomeação

### **3.1.1. Tipos de nomes**

### **3.1.2. Necessidade dos nomes serem significativos**

### **3.1.3. Anonimato ou Pseudônimo dos Titulares do Certificado**

### **3.1.4. Regras para interpretação de vários tipos de nomes**

### **3.1.5. Unicidade de nomes**

### **3.1.6. Procedimento para resolver disputa de nomes**

### **3.1.7. Reconhecimento, autenticação e papel de marcas registradas**

## **3.2. Validação inicial de identidade**

### **3.2.1. Método para comprovar a posse de chave privada**

### **3.2.2. Autenticação da identificação da organização**

### **3.2.3. Autenticação da identidade de equipamento ou aplicação**

Item 3.2.7. da DPC.

### **3.2.4. Autenticação da identidade de um indivíduo**

Item 3.2.3. da DPC.

### **3.2.5. Informações não verificadas do titular do certificado**

Item 3.2.4. da DPC.

### **3.2.6. Validação das autoridades**

Item 3.2.5. da DPC.

### **3.2.7. Critérios para interoperação**

Item 3.2.6. da DPC.

## **3.3. Identificação e autenticação para pedidos de novas chaves**

### **3.3.1. Identificação e autenticação para rotina de novas chaves antes da expiração**

### **3.3.2. Identificação e autenticação para novas chaves após a revogação ou expiração do certificado**

## **3.4. Identificação e Autenticação para solicitação de revogação**

# **4. REQUISITOS OPERACIONAIS DO CICLO DE VIDA DO CERTIFICADO**

Os itens seguintes estão descritos na DPC da AC.

## **4.1. Solicitação do certificado**

### **4.1.1. Quem pode submeter uma solicitação de certificado**

- 4.1.2. Processo de registro e responsabilidades**
- 4.2. Processamento de Solicitação de Certificado**
  - 4.2.1. Execução das funções de identificação e autenticação**
  - 4.2.2. Aprovação ou rejeição de pedidos de certificado**
  - 4.2.3. Tempo para processar a solicitação de certificado**
- 4.3. Emissão de Certificado**
  - 4.3.1. Ações da AC durante a emissão de um certificado**
  - 4.3.2. Notificações para o titular do certificado pela AC na emissão do certificado**
- 4.4. Aceitação de Certificado**
  - 4.4.1. Conduta sobre a aceitação do certificado**
  - 4.4.2. Publicação do certificado pela AC**
  - 4.4.3. Notificação de emissão do certificado pela AC Raiz para outras entidades**
- 4.5. Usabilidade do par de chaves e do certificado**
  - 4.5.1. Usabilidade da Chave privada e do certificado do titular**
  - 4.5.2. Usabilidade da chave pública e do certificado das partes confiáveis**
- 4.6. Renovação de Certificados**
  - 4.6.1. Circunstâncias para renovação de certificados**
  - 4.6.2. Quem pode solicitar a renovação**
  - 4.6.3. Processamento de requisição para renovação de certificados**
  - 4.6.4. Notificação para nova emissão de certificado para o titular**
  - 4.6.5. Conduta constituindo a aceitação de uma renovação de um certificado**
  - 4.6.6. Publicação de uma renovação de um certificado pela AC**
  - 4.6.7. Notificação de emissão de certificado pela AC para outras entidades**
- 4.7. Nova chave de certificado**
  - 4.7.1. Circunstâncias para nova chave de certificado**
  - 4.7.2. Quem pode requisitar a certificação de uma nova chave pública**
  - 4.7.3. Processamento de requisição de novas chaves de certificado**
  - 4.7.4. Notificação de emissão de novo certificado para o titular**
  - 4.7.5. Conduta constituindo a aceitação de uma nova chave certificada**

- 4.7.6. Publicação de uma nova chave certificada pela AC**
- 4.7.7. Notificação de uma emissão de certificado pela AC para outras entidades**
- 4.8. Modificação de certificado**
  - 4.8.1. Circunstâncias para modificação de certificado**
  - 4.8.2. Quem pode requisitar a modificação de certificado**

Não se aplica.
  - 4.8.3. Processamento de requisição de modificação de certificado**
  - 4.8.4. Notificação de emissão de novo certificado para o titular**
  - 4.8.5. Conduta constituindo a aceitação de uma modificação de certificado**
  - 4.8.6. Publicação de uma modificação de certificado pela AC**
  - 4.8.7. Notificação de uma emissão de certificado pela AC para outras entidades**
- 4.9. Suspensão e Revogação de Certificado**
  - 4.9.1. Circunstâncias para revogação**
  - 4.9.2. Quem pode solicitar revogação**
  - 4.9.3. Procedimento para solicitação de revogação**
  - 4.9.4. Prazo para solicitação de revogação**
  - 4.9.5. Tempo em que a AC deve processar o pedido de revogação**
  - 4.9.6. Requisitos de verificação de revogação para as partes confiáveis**
  - 4.9.7. Frequência de emissão de LCR**
  - 4.9.8. Latência máxima para a LCR**
  - 4.9.9. Disponibilidade para revogação/verificação de status on-line**
  - 4.9.10. Requisitos para verificação de revogação on-line**
  - 4.9.11. Outras formas disponíveis para divulgação de revogação**
  - 4.9.12. Requisitos especiais para o caso de comprometimento de chave**
  - 4.9.13. Circunstâncias para suspensão**
  - 4.9.14. Quem pode solicitar suspensão**
  - 4.9.15. Procedimento para solicitação de suspensão**
  - 4.9.16. Limites no período de suspensão**
- 4.10. Serviços de status de certificado**

**4.10.1. Características operacionais****4.10.2. Disponibilidade dos serviços****4.10.3. Funcionalidades operacionais****4.11. Encerramento de atividades****4.12. Custódia e recuperação de chave****4.12.1. Política e práticas de custódia e recuperação de chave****4.12.2. Política e práticas de encapsulamento e recuperação de chave de sessão****5. CONTROLES OPERACIONAIS, GERENCIAMENTO E INSTALAÇÕES**

Os itens seguintes estão descritos na DPC da AC.

**5.1. Controles físicos****5.1.1 Construção e localização das instalações de AC****5.1.2. Acesso físico****5.1.3. Energia e ar-condicionado****5.1.4. Exposição à água****5.1.5. Prevenção e proteção contra incêndio****5.1.6. Armazenamento de mídia****5.1.7. Destruição de lixo****5.1.8. Instalações de segurança (backup) externas (off-site) para AC****5.2. Controles Procedimentais****5.2.1. Perfis qualificados****5.2.2. Número de pessoas necessário por tarefa****5.2.3. Identificação e autenticação para cada perfil****5.2.4. Funções que requerem separação de deveres****5.3. Controles de Pessoal****5.3.1. Antecedentes, qualificação, experiência e requisitos de idoneidade****5.3.2. Procedimentos de verificação de antecedentes****5.3.3. Requisitos de treinamento****5.3.4. Frequência e requisitos para reciclagem técnica****5.3.5. Frequência e sequência de rodízio de cargos**

- 5.3.6. Sanções para ações não autorizadas**
- 5.3.7. Requisitos para contratação de pessoal**
- 5.3.8. Documentação fornecida ao pessoal**
- 5.4. Procedimentos de Log de Auditoria**
  - 5.4.1. Tipos de eventos registrados**
  - 5.4.2. Frequência de auditoria de registros**
  - 5.4.3. Período de retenção para registros de auditoria**
  - 5.4.4. Proteção de registros de auditoria**
  - 5.4.5. Procedimentos para cópia de segurança (Backup) de registros de auditoria**
  - 5.4.6. Sistema de coleta de dados de auditoria (interno ou externo)**
  - 5.4.7. Notificação de agentes causadores de eventos**
  - 5.4.8. Avaliações de vulnerabilidade**
- 5.5. Arquivamento de Registros**
  - 5.5.1. Tipos de registros arquivados**
  - 5.5.2. Período de retenção para arquivo**
  - 5.5.3. Proteção de arquivo**
  - 5.5.4. Procedimentos de cópia de arquivo**
  - 5.5.5. Requisitos para datação de registros**
  - 5.5.6. Sistema de coleta de dados de arquivo (interno e externo)**
  - 5.5.7. Procedimentos para obter e verificar informação de arquivo**
- 5.6. Troca de chave**
- 5.7. Comprometimento e Recuperação de Desastre**
  - 5.7.1. Procedimentos gerenciamento de incidente e comprometimento**
  - 5.7.2. Recursos computacionais, software, e/ou dados corrompidos**
  - 5.7.3. Procedimentos no caso de comprometimento de chave privada de entidade**
  - 5.7.4. Capacidade de continuidade de negócio após desastre**
- 5.8. Extinção da AC**

## **6. CONTROLES TÉCNICOS DE SEGURANÇA**

Nos itens seguintes, são definidas as medidas de segurança necessárias para proteger as chaves criptográficas dos titulares de certificados emitidos segundo essa PC. São definidos também outros

controles técnicos de segurança utilizados pela AC e pelas AR vinculadas na execução de suas funções operacionais.

## **6.1. Geração e Instalação do Par de Chaves**

### **6.1.1. Geração do par de chaves**

6.1.1.1. Quando o titular de certificado for uma pessoa física, esta será a responsável pela geração dos pares de chaves criptográficas. Quando o titular de certificado for uma pessoa jurídica, esta indicará por seu(s) representante(s) legal(is), a pessoa responsável pela geração dos pares de chaves criptográficas e pelo uso do certificado.

6.1.1.1.1. Não se aplica.

6.1.1.1.2. Não se aplica.

6.1.1.2. As chaves criptográficas dos titulares de certificados devem observar os requisitos desta PC, bem como ser geradas e armazenadas em hardware ou mídia criptográficos homologados pela ICP-Brasil.

6.1.1.3. O algoritmo utilizado para as chaves criptográficas de titulares de certificados dessa AC é RSA com tamanho de chaves de 2048 bits.

6.1.1.4. Ao ser gerada, a chave privada da entidade titular é gravada cifrada, por algoritmo simétrico aprovado no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS da ICP-BRASIL[1] e armazenada hardware criptográfico, homologado junto à ICP-Brasil ou com certificação INMETRO.

6.1.1.5. A chave privada trafega cifrada, empregando os mesmos algoritmos citados no parágrafo anterior, entre o dispositivo gerador e a mídia utilizada para o seu armazenamento.

6.1.1.6. A mídia de armazenamento da chave privada deverá assegurar, por meios técnicos e procedimentais adequados, no mínimo, que:

- a) a chave privada é única e seu sigilo é suficientemente assegurado;
- b) a chave privada não pode, com uma segurança razoável, ser deduzida e deve estar protegida contra falsificações realizadas através das tecnologias atualmente disponíveis; e
- c) a chave privada pode ser eficazmente protegida pelo legítimo titular contra a utilização por terceiros.

6.1.1.7. Essa mídia de armazenamento não modifica os dados a serem assinados, nem impede que esses dados sejam apresentados ao signatário antes do processo de assinatura.

6.1.1.8. A Mídia Armazenadora de Chave Criptográfica para o certificado do tipo A3 é um hardware criptográfico, homologado junto à ICP-Brasil.

**Nota:** Não se aplica.

### **6.1.2. Entrega da chave privada à entidade titular**

Não se aplica. É responsabilidade exclusiva do titular do certificado a geração e a guarda da sua chave privada.

### **6.1.3. Entrega da chave pública para o emissor de certificado**

Chaves públicas são entregues à AC por meio de uma troca *on-line* utilizando funções automáticas do *software* de certificação da AC.

A mensagem de solicitação de certificado obedece ao formato PKCS#10, que inclui, na própria mensagem, a assinatura digital da mesma, realizada com a chave privada correspondente à chave pública contida na solicitação.

### **6.1.4. Disponibilização de chave pública da AC para usuários**

As formas para a disponibilização dos certificados da cadeia de certificação, para os usuários da AC, compreendem:

- a) No momento da disponibilização de um certificado para seu titular, será utilizado o padrão PKCS#7, definido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS da ICP-BRASIL[1];
- b) Não se aplica;
- c) Página *web* da AC, disponível no seguinte endereço:  
<https://certificados.serpro.gov.br/acserprojus/>
- d) Outros meios seguros aprovados pelo CG da ICP-Brasil.

### **6.1.5. Tamanhos de chave**

6.1.5.1. O tamanho das chaves criptográficas associadas aos certificados emitidos pela AC(AC SERPRO-JUSv4 e AC SERPRO-JUSv5) é de, no mínimo, 2048 (dois mil e quarenta e oito) bits.

6.1.5.2. Os algoritmos e o tamanho das chaves utilizados nos diferentes tipos de certificados da ICP-Brasil estão definidos no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS da ICP-BRASIL [1].

### **6.1.6. Geração de parâmetros de chaves assimétricas**

Os parâmetros de geração e verificação de chaves assimétricas do usuário final adotam o padrão estabelecido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [1].

### **6.1.7. Propósitos de uso de chave (conforme o campo “key usage” na X.509 v3)**

Os certificados emitidos pela AC têm no campo “Key usage” (2.5.29.15) ativado os bits *digitalSignature*, *nonRepudiation* e *keyEncipherment*.

Os certificados emitidos sob esta PC pela AC SERPRO RFB são apropriados ao uso apenas nas aplicações apresentadas a seguir:

- a) Certificados emitidos sob essa política são considerados adequados para assinatura eletrônica, irretratabilidade, integridade e autenticação pessoal. Eles podem ser usados nas seguintes aplicações;
- b) Confirmação de Identidade na web;
- c) Correio eletrônico;
- d) Transações On-Line;
- e) Redes privadas virtuais (VPN);
- f) Transações eletrônicas;
- g) Criação de chave de sessão e assinatura de documentos eletrônicos com verificação da integridade de suas informações.

Os certificados de tipo A3 são utilizados em aplicações como confirmação de identidade e assinatura de documentos eletrônicos com verificação da integridade de suas informações.

## **6.2. Proteção da Chave Privada e controle de engenharia do módulo criptográfico**

Neste item são definidos os requisitos de proteção das chaves privadas de certificados emitidos segundo a PC.

### **6.2.1. Padrão e controle para módulo criptográfico**

6.2.1.1. Os padrões requeridos para os módulos de geração de chaves criptográficos, estão definidos no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS da ICP-BRASIL [1].

6.2.1.2. Os requisitos aplicáveis ao módulo criptográfico utilizado para armazenamento da chave privada da entidade titular de certificado seguem os padrões de referência, definidos no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [1], vide “*Item 2 – Guarda da Chave Privada da Entidade Titular e de seu Backup*”.

### **6.2.2. Controle “n de m” para chave privada**

Não se aplica.

### **6.2.3. Custódia (escrow) de chave privada**

Não se aplica.

### **6.2.4. Cópia de segurança (backup) de chave privada**

6.2.4.1. Qualquer titular de certificado poderá, a seu critério, manter cópia de segurança de sua própria chave privada.

6.2.4.2. A AAC não mantém cópia de segurança de chave privada de titular de certificado de assinatura digital por ela emitido.

6.2.4.3. Não se aplica.

6.2.4.4. Não se aplica.

### **6.2.5. Arquivamento de chave privada**

6.2.5.1. Não se aplica.

6.2.5.2. Não se aplica.

### **6.2.6. Inserção de chave privada em módulo criptográfico**

As chaves privadas devem ser inseridas nos módulos criptográficos de acordo com os procedimentos especificados pelos fornecedores dos módulos.

### **6.2.7. Armazenamento de chave privada em módulo criptográfico**

Ver item 6.1.

### **6.2.8. Método de ativação de chave privada**

A chave privada é ativada, mediante senha solicitada pelo hardware de proteção da chave privada. A senha deve ser criada e mantida apenas pelo Titular do Certificado, sendo para seu uso e conhecimento exclusivo.

O Titular de certificado deverá adotar senha de proteção da chave privada, sendo recomendável que as senhas sejam alteradas no mínimo a cada 3 (três) meses.

### **6.2.9. Método de desativação de chave privada**

A desativação da chave privada ocorre no fechamento do “browser” utilizado para estabelecer uma conexão segura.

### **6.2.10. Método de destruição de chave privada**

A eliminação da chave da mídia armazenadora do certificado deve ser feita através de software disponibilizado pelo fabricante da mídia, que permite apagar todas as informações nela contida, utilizando para isso a senha de acesso do titular do certificado à mídia armazenadora.

## **6.3 Outros Aspectos do Gerenciamento do Par de Chaves**

### **6.3.1. Arquivamento de chave pública**

A AC armazena as chaves públicas da própria AC e dos titulares de certificados, bem como as LCR emitidas, após a expiração dos certificados correspondentes, permanentemente, para verificação de assinaturas geradas durante seu período de validade.

### **6.3.2. Períodos de operação do certificado e períodos de uso para as chaves pública e privada**

6.3.2.1. A chave privada da AC e dos titulares de certificados por ela emitidos são utilizadas apenas durante o período de validade dos certificados correspondentes. A chave pública da AC pode ser utilizada durante todo o período de tempo determinado pela legislação aplicável, para verificação de assinaturas geradas durante o prazo de validade do certificado correspondente.

6.3.2.2. Não se aplica.

6.3.2.3. Certificados do tipo A3, previsto nesta PC, tem validade de até 3 anos.

6.3.2.4. Não se aplica.

6.3.2.5. Não se aplica.

## **6.4. Dados de Ativação**

Nos itens seguintes, estão descritos os requisitos gerais de segurança referentes aos dados de ativação. Os dados de ativação, distintos das chaves criptográficas, são aqueles requeridos para a operação de alguns módulos criptográficos.

### **6.4.1. Geração e instalação dos dados de ativação**

A PC garante que os dados de ativação da chave privada da entidade titular do certificado, se utilizados, serão únicos e aleatórios.

### **6.4.2. Proteção dos dados de ativação**

A PC garante que os dados de ativação da chave privada da entidade titular do certificado, se utilizados, serão protegidos contra uso não autorizado.

### **6.4.3. Outros aspectos dos dados de ativação**

Não se aplica.

## **6.5. Controles de Segurança Computacional**

### **6.5.1. Requisitos técnicos específicos de segurança computacional**

Os pares de chaves criptográficas dos titulares de certificados devem observar os requisitos gerais desta PC, bem como ser geradas e armazenadas em hardware ou mídia criptográficos homologados pela ICP-Brasil.

Nos equipamentos onde são gerados os pares de chaves criptográficas dos Titulares de Certificados emitidos pela AC SERPRO JUS, recomenda-se o uso de mecanismos que garantam a segurança computacional, tais como:

- a) Senha de bios ativada;
- b) Controle de acesso lógico ao sistema operacional;
- c) Existência de uso de senhas fortes;
- d) Diretivas de senha e de bloqueio de contas;
- e) Antivírus, antitrojan e antispysware instalados, atualizados e habilitados;
- f) Firewall pessoal ou corporativo ativado, com permissões de acesso mínimas necessárias às atividades;
- g) Sistema operacional mantido atualizado, com aplicação de correções necessárias (patches, hotfix, etc); e

h) Proteção de tela acionada no máximo após cinco minutos de inatividade e exigindo senha do usuário para desbloqueio.

### **6.5.2 Classificação da segurança computacional**

Não se aplica.

## **6.6. Controles Técnicos do Ciclo de Vida**

AAC não exige um software específico para utilização dos certificados emitidos segundo esta PC.

### **6.6.1. Controles de desenvolvimento de sistema**

Não se aplica.

### **6.6.2. Controles de gerenciamento de segurança**

Não se aplica.

### **6.6.3. Controles de segurança de ciclo de vida**

Não se aplica.

### **6.6.4. Controles na Geração de LCR**

Todas as LCR geradas pela AC são checadas quanto à consistência de seu conteúdo, comparando-o com o conteúdo esperado em relação a número da LCR, data/hora de emissão e outras informações relevantes.

## **6.7. Controles de Segurança de Rede**

Os mesmos controles admitidos no item 6.7 da DPC.

## **6.8. Carimbo de Tempo**

Não se aplica.

## **7. Perfis de Certificado, LCR e OCSP**

Os itens seguintes especificam os formatos dos certificados e das LCR gerados segundo esta PC. São incluídas informações sobre os padrões adotados, seus perfis, versões e extensões. Os requisitos mínimos estabelecidos nos itens seguintes são obrigatoriamente atendidos em todos os tipos de certificados admitidos no âmbito da ICP-Brasil.

### **7.1. Perfil do Certificado**

Todos os certificados emitidos pela AC estão em conformidade com o formato definido pelo padrão ITU X.509 ou ISO/IEC 9594-8.

#### **7.1.1. Número de versão**

Todos os certificados emitidos pela AC implementa a versão 3 do padrão ITU X.509, de acordo com o perfil estabelecido na RFC 5280.

## 7.1.2. Extensões de certificado

7.1.2.1. Neste item, a PC descreve todas as extensões de certificado utilizadas e sua criticalidade.

7.1.2.2. A ICP-Brasil define como obrigatórias as seguintes extensões:

- a) **“Authority Key Identifier”**, não crítica: contém o *hash* SHA-1 da chave pública da AC;
- b) **“Key Usage”**, crítica: configurado conforme item 7.1.2.7 dessa PC;
- c) **“Certificate Policies”**, não crítica: contém o OID – **2.16.76.1.2.3.18** - bem como o endereço que contém a DPC da AC: <http://repositorio.serpro.gov.br/docs/dpcacserprojus.pdf>
- d) **“CRL Distribution Points”**, não crítica: contém os endereços da página *Web* onde se obtém a LCR da AC:

<http://repositorio.serpro.gov.br/lcr/acserprojusv5>

<http://certificados2.serpro.gov.br/lcr/acserprojusv5>

<http://ccd2.serpro.gov.br/lcr/acserprojusv4>

- e) **“Authority Information Access”**, não crítica, contendo o método de acesso *id-ad-calssuer*, utilizando o protocolo de acesso HTTP para a recuperação da cadeia de certificação no seguinte endereço:

<http://repositorio.serpro.gov.br/cadeias/acserprojusv5.p7b>

<http://ccd.serpro.gov.br/cadeias/acserprojusv4.p7b>

7.1.2.3. A ICP-Brasil também define como obrigatória a extensão **“Subject Alternative name”**, não crítica, e com os seguintes formatos:

- a) Para certificado **Cert-JUS Institucional** e **Cert-JUS Poder Público** possuem:

a.1) 4 (quatro) campos *otherName*, obrigatórios, contendo:

- i. **OID = 2.16.76.1.3.1 e conteúdo** = nas primeiras 8 (oito) posições, a data de nascimento do titular, no formato ddmmaaaa; nas 11 (onze) posições subsequentes, o Cadastro de Pessoa Física (CPF) do titular; nas 15 (quinze) posições subsequentes, o número do Registro Geral do titular; nas 10 (dez) posições subsequentes, as siglas do órgão expedidor do RG e respectiva UF;
- ii. **OID = 2.16.76.1.3.6 e conteúdo** = nas 12 (doze) posições o número do Cadastro Específico do INSS(CEI) da pessoa física titular do certificado;
- iii. **OID = 2.16.76.1.3.5 e conteúdo** = nas primeiras 12 (onze) posições, o número de inscrição do Título de Eleitor; nas 3 (três) posições subsequentes à

Zona Eleitoral; nas 4 (quatro) posições seguintes, a Seção; nas 22 (vinte e duas) posições subsequentes, o município e a UF do Título de Eleitor;

E definindo o campo *othername*, opcional, contendo:

iv. **OID = 1.3.6.1.4.1.311.20.2.3.** - Quando o *<nome de login>* for informado no campo AUTORIZAÇÃO(LEIAUTE DOS CERTIFICADOS DIGITAIS CERT-JUS[3]), deve-se incluir um campo contendo *User Principal Name* (UPN) na forma: **usuário@domínio\_institucional**;

a.2) Não se aplica.

a.3) Não se aplica.

a.4) Não se aplica.

a.5) 1 (um) campo *otherName*, opcional para certificados digitais com o Nome Social, contendo: **OID = 2.16.76.1.4.3** e conteúdo = nome social;

b) Não se aplica;

c) Não se aplica;

d) Não se aplica;

e) Não se aplica.

7.1.2.4. Os campos *otherName* definidos como obrigatórios pela ICP-Brasil devem estar de acordo com as seguintes especificações:

a) Conjunto de informações definido em cada campo *othername* deve ser armazenado como uma cadeia de caracteres do tipo *ASN.1 OCTET STRING* ou *PRINTABLE STRING*;

b) Quando os números de NIS (PIS, PASEP ou CI), RG, CNPJ, CEI ou Título de Eleitor não estiverem disponíveis, os campos correspondentes devem ser integralmente preenchidos com caracteres “zero”;

c) Para emissão de certificado Cert-JUS Institucional, Cert-JSU Magistrado e Cert-JUS Poder Público o preenchimento dos campos CPF e data de nascimento é obrigatório.

d) Quando a identificação profissional não estiver disponível, não deverá ser inserido o campo (OID) correspondente, exceto nos casos de certificado digital cuja titularidade foi validada pela AR de conselho de classe profissional;

e) Quando a identificação profissional não estiver disponível, não deverá ser inserido o campo (OID) correspondente. No caso de múltiplas habilitações profissionais, deverão ser inseridos e preenchidos os campos (OID) correspondentes às identidades profissionais apresentadas;

f) Todas informações de tamanho variável referentes a números, tais como RG, devem ser preenchidas com caracteres “zero” a sua esquerda para que seja completado seu máximo tamanho possível;

g) As 10 (dez) posições das informações sobre órgão emissor do RG e UF referem-se ao tamanho máximo, devendo ser utilizadas apenas as posições necessárias ao seu armazenamento, da esquerda para a direita. O mesmo se aplica às 22 (vinte e duas) posições das informações sobre município e UF do Título de Eleitor;

h) Apenas os caracteres de A a Z, de 0 a 9, observado o disposto no item 7.1.5.2, poderão ser utilizados, não sendo permitidos os demais caracteres especiais;

i) Não se aplica.

7.1.2.5. Campos *otherName* adicionais, contendo informações específicas e forma de preenchimento e armazenamento definidas pela AC, poderão ser utilizados com OID atribuídos ou aprovados pela AC Raiz.

7.1.2.6 A AC SERPRO-JUS implementa as seguintes extensões, definidas como opcional pela ICP-Brasil.

a) “**SubjectAlternativeName**”, **não crítica**, com o seguinte *OtherName*:

Para certificado Cert-JUS Institucional, Cert-JUS Magistrado e Cert-JUS Poder Público:

**OID= 1.3.6.1.4.1.311.20.2.3** e **conteúdo** = *User Principal Name* (UPN), necessário para login com uso de certificados digitais em estações de trabalho; campo *otherName* UPN deve ser armazenado como uma cadeia de caracteres do tipo *UTF-8String*. O campo UPN deve estar na forma [usuario@dominio](#). RFC822Name contendo o e-mail institucional do titular do certificado. Este campo deverá estar no formato *IA5string*.

7.1.2.7. A AC implementa as seguintes extensões “*Key Usage*” e “*Extended Key Usage*”, definidas como obrigatórias pela ICP-Brasil.

a) Não se aplica.

b) Não se aplica.

c) Não se aplica.

d) Não se aplica.

e) Não se aplica.

f) para certificados de Assinatura e/ou Proteção de *e-mail*:

“**Key Usage**”, **crítica**: deve conter o bit *digitalSignature* ativado, podendo conter os bits *keyEncipherment* e *nonRepudiation* ativados;

“**Extended Key Usage**”, **não crítica**: os propósitos *client authentication* **OID = 1.3.6.1.5.5.7.3.2** e *e-mail protection* **OID = 1.3.6.1.5.5.7.3.4** devem estar ativados. O campo “*SmartCardLogon*” (**OID= 1.3.6.1.4.1.311.20.2.2**) pode ser utilizado sempre que for solicitado e o *UPN* for fornecido.

g) Não se aplica.

### 7.1.3. Identificadores de algoritmo

Os algoritmos criptográficos utilizados para assinatura dos certificados pela AC são os admitidos no âmbito da ICP-Brasil, conforme documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS da ICP-BRASIL [1]. Os certificados emitidos pela AC(v4 e v5) são assinados com o uso do algoritmo criptográfico SHA-256 com função de *hash* (**OID = 1.2.840.113549.1.1.11**);

### 7.1.4. Formatos de nome

7.1.4.1. O nome do titular do certificado, constante do campo “*Subject*”, adota o “*Distinguished name*” (DN) do padrão ITU X.500/ISO 9594, da seguinte forma:

a) O DN (*Distinguished Name*) do certificado **Cert-JUS Institucional** deve estar no seguinte formato:

C = BR, O=ICP-Brasil;

OU = Autoridade Certificadora da Justica – AC-JUS

OU = CNPJ da AR que realizou a identificação presencial;

OU = Tipo de identificação utilizada (presencial, videoconferência ou certificado digital);

OU = Cert-JUS Institucional – <A3>;

OU = <Órgão de Lotação do Titular> – <Sigla do órgão >;

OU = <Cargo do Titular>;

CN = <Nome do Titular><:><#####>;

Os caracteres “<” e “>” delimitam campos que serão substituídos pelos seus respectivos valores; os caracteres “<” e “>” não devem ser incluídos.

Os caracteres “#” representam os dígitos da matrícula do titular. Todos os outros caracteres devem ser interpretados literalmente.

Os últimos nove caracteres do campo CN (*Common Name*) devem ser o nº de matrícula do titular no órgão de lotação, completado com caracteres brancos à direita, caso possua tamanho menor do que 9 caracteres.

Os dados necessários para preenchimento do DN deverão ser os informados na AUTORIZAÇÃO(LEIAUTE DOS CERTIFICADOS DIGITAIS CERT-JUS[3]);

Todos os campos do DN são obrigatórios e devem ser preenchidos;

No campo CN, caso o nome completo do titular exceda os 54 caracteres, deverá ser escrito até o limite de 54 caracteres, vedada a abreviatura;

Os dados necessários para preenchimento do DN serão os informados no item Autorização(LEIAUTE DOS CERTIFICADOS DIGITAIS CERT-JUS[3]).

A informação <Cargo do Titular> deverá ser preenchido SOMENTE com uma das seguintes opções:

- MAGISTRADO;
- SERVIDOR;
- PRESTADOR DE SERVIÇO; ou
- ESTAGIÁRIO.

A AUTORIZAÇÃO (LEIAUTE DOS CERTIFICADOS DIGITAIS CERT-JUS[3]) poderá conter também o UPN na forma usuário@domínio, se for do interesse da instituição.

Exemplo de um DN:

Nome do Servidor: José da Silva Valença

Matrícula: TR1-123.456, Órgão de Lotação: TRF1, Cargo: Técnico Judiciário

---

DN:

C = BR, O = ICP-Brasil;

OU = Autoridade Certificadora da Justiça – AC-JUS;

OU = CNPJ da AR que realizou a identificação presencial;

OU = Tipo de identificação utilizada (presencial, videoconferência ou certificado digital);

OU = Cert-JUS Institucional – A3;

OU = Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF1;

OU = Servidor;

CN = Jose da Silva Valenca:TR1123456;

Todos os campos do DN são obrigatórios e devem ser preenchidos;

A lista contendo os nomes dos órgãos e respectivas siglas padronizadas é disponibilizada no formulário de solicitação deste certificado na página da AR:

<https://certificados.serpro.gov.br/arserprojus/certificate-request/create/selectTemplate?windowId=f92>

Em caso de dúvida sobre a padronização de nomes e siglas de órgãos não constantes da lista citada no item anterior, a unidade administrativa da AC-JUS deve ser consultada;

b) O DN (Distinguished Name) do certificado **Cert-JUS Poder Público** deve estar no seguinte formato:

C = BR,  
O=ICP-Brasil,  
OU = Autoridade Certificadora da Justiça – AC-JUS;  
OU = CNPJ da AR que realizou a identificação presencial;  
OU = Tipo de identificação utilizada (presencial, videoconferência ou certificado digital);  
OU = Cert-JUS Poder Público – A3  
OU = <Órgão de Lotação do Titular ><-><Sigla do órgão>  
OU = <Cargo do Titular>  
CN = <Nome do Titular><:><#####>

No formato acima, os caracteres “<” e “>” delimitam campos que serão substituídos pelos seus respectivos valores; os caracteres “<” e “>” não devem ser incluídos;

Os caracteres “#” representam os dígitos da matrícula do titular. Todos os outros caracteres devem ser interpretados literalmente;

Os últimos nove caracteres do campo CN (Common Name) devem ser o no de matrícula do titular no órgão de lotação, completado com caracteres brancos à direita, caso possua tamanho menor do que 9 caracteres;

O tamanho máximo de cada componente do DN (C, CN, O, OU, etc) é de 64 caracteres;

No CN, caso o nome completo do titular exceda os 54 caracteres, deverá ser escrito até o limite do tamanho do campo disponível, vedada a abreviatura;

Os dados necessários para preenchimento do DN serão os informados no item AUTORIZAÇÃO(LEIAUTE DOS CERTIFICADOS DIGITAIS CERT-JUS[3]);

A AUTORIZAÇÃO poderá conter também o UPN na forma usuário@domínio, se for do interesse da instituição;

Todos os campos do DN são obrigatórios e devem ser preenchidos;

A lista contendo os nomes dos órgãos e respectivas siglas padronizadas é disponibilizada no formulário de solicitação deste certificado na página da AR:

<https://certificados.serpro.gov.br/arserprojus/certificate-request/create/selectTemplate?windowId=f92>

c) O DN (Distinguished Name) do certificado **Cert-JUS Magistrado** deve estar no seguinte formato:

C=BR

O=ICP-Brasil

OU= Autoridade Certificadora da Justica – AC-JUS;

OU = CNPJ da AR que realizou a identificação presencial;

OU = Tipo de identificação utilizada (presencial, videoconferência ou certificado digital);

OU = <Cert-JUS Magistrado - A3>

OU = <Poder Judiciário>

OU = <Magistrado>

CN = <Nome do Titular><:><#####>]

Onde:

No formato acima, os caracteres “<” e “>” delimitam campos que serão substituídos pelos seus respectivos valores; os caracteres “<” e “>” não devem ser incluídos.

Os caracteres “#” representam os dígitos da matrícula do titular. Todos os outros caracteres devem ser interpretados literalmente.

Os últimos nove caracteres do campo CN (Common Name) devem ser o nº de matrícula do titular no órgão de atuação que solicitou o certificado, completado com caracteres brancos à direita, caso possua tamanho menor do que 9 caracteres.

Os dados necessários para preenchimento do DN serão os informados na AUTORIZAÇÃO.

Todos os campos do DN são obrigatórios e devem ser preenchidos.

No CN, caso o nome completo do titular exceda os 54 caracteres, deverá ser escrito até o limite de 54 caracteres, vedada a abreviatura.

7.1.4.2. Não se aplica.

7.1.4.3. Não se aplica.

7.1.4.4. Não se aplica.

### **7.1.5. Restrições de nome**

7.1.5.1. Neste item estão descritas as restrições aplicáveis para os nomes dos titulares dos certificados.

7.1.5.2. A ICP-Brasil estabelece as seguintes restrições para os nomes, aplicáveis a todos os certificados:

a) não deverão ser utilizados sinais de acentuação, tremas ou cedilhas; e

b) além dos caracteres alfanuméricos, poderão ser utilizados somente os seguintes caracteres especiais:

Caractere	Código NBR9611 (hexadecimal)
Branco	20
!	21

"	22
#	23
\$	24
%	25
&	26
'	27
(	28
)	29
*	2A
+	2B
,	2C
-	2D
.	2E
/	2F
:	3A
;	3B
=	3D
?	3F
@	40
\	5C

### 7.1.6. OID (*Object Identifier*) de Política de Certificado

O **OID 2.16.76.1.2.3.18** foi atribuído a Política de Certificado. Todo certificado emitido segundo esta PC deverá conter, na extensão "*Certificate Policies*", o OID correspondente.

### 7.1.7. Uso da extensão "*Policy Constraints*"

Não se aplica.

### 7.1.8. Sintaxe e semântica dos qualificadores de política

Nos certificados emitidos segundo esta PC, o campo *policyQualifiers* da extensão "*Certificate Policies*" contém o endereço da página *web* com a DPC da AC – <http://repositorio.serpro.gov.br/docs/dpcacserprojus.pdf>

### 7.1.9. Semântica de processamento para extensões críticas

Extensões críticas são interpretadas conforme a RFC 5280.

## 7.2. Perfil de LCR

### 7.2.1. Número de versão

As LCR geradas pela AC segundo a PC, implementam a versão 2 de LCR definida no padrão ITU X.509, de acordo com o perfil estabelecido na RFC 5280.

## 7.2.2. Extensões de LCR e de suas entradas

7.2.2.1. A AC adota as seguintes extensões de LCR definidas como obrigatórias pela ICP-Brasil e pela AC:

- a) **“Authority Key Identifier”, não crítica:** contém o *hash* SHA-1 da chave pública da AC;
- b) **“CRL Number”, não crítica:** contém número sequencial para cada LCR emitida;
- c) **“Authority Information Access”, não crítica:** contendo o endereço web onde se obtêm o arquivo p7b com os certificados da cadeia da AC SERPRO-JUS, a saber:

AC SERPRO-JUS v4 <http://ccd.serpro.gov.br/cadeias/acserprojusv4.p7b> e

AC SERPRO-JUS v5 <http://repositorio.serpro.gov.br/cadeias/acserprojusv5.p7b>;

7.2.2.2. A ICP-Brasil define como obrigatórias as seguintes extensões de LCR:

- a) **“Authority Key Identifier”, não crítica:** deve conter o *hash* SHA-1 da chave pública da AC que assina a LCR; e
- b) **“CRL Number”, não crítica:** deve conter um número sequencial para cada LCR emitida.

## 7.3. Perfil de OCSP

Não se aplica.

### 7.3.1. Número(s) de versão

Não se aplica.

### 7.3.2. Extensões de OCSP

Não se aplica.

## 8. AUDITORIA DE CONFORMIDADE E OUTRAS AVALIAÇÕES

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes na DPC da AC.

### 8.1. Frequência e circunstâncias das avaliações

### 8.2. Identificação/Qualificação do avaliador

### 8.3. Relação do avaliador com a entidade avaliada

### 8.4. Tópicos cobertos pela avaliação

### 8.5. Ações tomadas como resultado de uma deficiência

### 8.6. Comunicação dos resultados

## 9. OUTROS NEGÓCIOS E ASSUNTOS JURÍDICOS

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes na DPC da AC.

### 9.1. Tarifas

- 9.1.1. Tarifas de emissão e renovação de certificados**
- 9.1.2. Tarifas de acesso ao certificado**
- 9.1.3. Tarifas de revogação ou de acesso à informação de status**
- 9.1.4. Tarifas para outros serviços**
- 9.1.5. Política de reembolso**
- 9.2. Responsabilidade Financeira**
  - 9.2.1. Cobertura do seguro**
  - 9.2.2. Outros ativos**
  - 9.2.3. Cobertura de seguros ou garantia para entidades finais**
- 9.3. Confidencialidade da informação do negócio**
  - 9.3.1. Escopo de informações confidenciais**
  - 9.3.2. Informações fora do escopo de informações confidenciais**
  - 9.3.3. Responsabilidade em proteger a informação confidencial**
- 9.4. Privacidade da informação pessoal**
  - 9.4.1. Plano de privacidade**
  - 9.4.2. Tratamento de informação como privadas**
  - 9.4.3. Informações não consideradas privadas**
  - 9.4.4. Responsabilidade para proteger a informação privadas**
  - 9.4.5. Aviso e consentimento para usar informações privadas**
  - 9.4.6. Divulgação em processo judicial ou administrativo**
  - 9.4.7. Outras circunstâncias de divulgação de informação**
- 9.5. Direitos de Propriedade Intelectual**
- 9.6. Declarações e Garantias**
  - 9.6.1. Declarações e Garantias da AC**
  - 9.6.2. Declarações e Garantias da AR**
  - 9.6.3. Declarações e garantias do titular**
  - 9.6.4. Declarações e garantias das terceiras partes**
  - 9.6.5. Representações e garantias de outros participantes**
- 9.7. Isenção de garantias**

## **9.8. Limitações de responsabilidades**

## **9.9. Indenizações**

## **9.10. Prazo e Rescisão**

### **9.10.1. Prazo**

### **9.10.2. Término**

### **9.10.3. Efeito da rescisão e sobrevivência**

## **9.11. Avisos individuais e comunicações com os participantes**

## **9.12. Alterações**

### **9.12.1. Procedimento para emendas**

Qualquer alteração na PC deverá ser submetida à aprovação da AC Raiz.

### **9.12.2. Mecanismo de notificação e períodos**

Mudança nesta PC será publicado no site da AC.

### **9.12.3. Circunstâncias na qual o OID deve ser alterado**

## **9.13. Solução de conflitos**

## **9.14. Lei aplicável**

## **9.15. Conformidade com a Lei aplicável**

## **9.16. Disposições Diversas**

### **9.16.1. Acordo completo**

Esta PC representa as obrigações e deveres aplicáveis à AC e AR e outras entidades citadas. Havendo conflito entre esta PC e outras resoluções do CG da ICP-Brasil, prevalecerá sempre a última editada.

### **9.16.2. Cessão**

### **9.16.3. Independência de disposições**

### **9.16.4. Execução (honorários dos advogados e renúncia de direitos)**

## **9.17. Outras provisões**

Esta PC foi submetida à aprovação, durante o processo de credenciamento da AC SERPRO JUS, conforme o estabelecido no documento CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL [3]. Como parte desse processo, além da conformidade com este documento, é verificada a compatibilidade entre a PC e a DPC da AC SERPRO JUS.

## 10. DOCUMENTOS REFERENCIADOS

10.1. Os documentos abaixo são aprovados por Resoluções do Comitê-Gestor da ICP-Brasil, podendo ser alterados, quando necessário, pelo mesmo tipo de dispositivo legal. O sítio <http://www.iti.gov.br> publica a versão mais atualizada desses documentos e as Resoluções que os aprovaram.

Ref.	Nome do documento	Código
[2]	REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS POLÍTICAS DE CERTIFICADO NA ICP-BRASIL	DOC-ICP-04

10.2. Os documentos abaixo são aprovados por Instrução Normativa da AC Raiz, podendo ser alterados, quando necessário, pelo mesmo tipo de dispositivo legal. O sítio <http://www.iti.gov.br> publica a versão mais atualizada desses documentos e as Instruções Normativas que os aprovaram.

Ref.	Nome do documento	Código
[1]	PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS NA ICP-BRASIL	DOC-ICP-01.01

10.3. O documento abaixo é aprovado pela AC JUS, que tem o poder de atualização. O sítio <https://acjus.jus.br/acjus> publica a versão mais atualizada desse documento:

Ref.	Nome do documento	Versão
[3]	LEIAUTE DOS CERTIFICADOS DIGITAIS CERT-JUS	6.1.

## 11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RFC 3647, IETF - *Internet X.509 Public Key Infrastructure Certificate Policy and Certification Practices Framework*, november 2003.

RFC 5280, IETF - *Internet X.509 Public Key Infrastructure Certificate and Certificate Revocation List (CRL) Profile*, may 2008.